

## **Inflação maior e PIB menor – essa é a expectativa do mercado**

Pela 31ª semana consecutiva, o mercado prevê um aumento na inflação oficial deste ano. Medida pelo IPCA, a inflação acumula alta de 8,24% no ano e 10,67% em doze meses. O resultado de outubro, 1,25%, foi o maior para os meses de outubro desde 2002. Esse comportamento de descontrole inflacionário tem impactado as expectativas do mercado, que agora prevê uma inflação de 9,33% para o final de 2021. Essa previsão ficou 0,16 ponto percentual acima do previsto na semana passada.

Com isso, a expectativa do mercado se encontra bem acima do centro da meta do governo, 3,75%, ficando fora do intervalo de confiança definido, que é entre 2,25% e 5,25%.

Para 2022 as projeções também seguem aumentando. Com a 16ª alta seguida, o mercado prevê inflação de 4,63% para o próximo ano, ante 4,55% previstos na semana passada. A meta do governo é 3,5%, e será oficialmente cumprida se oscilar entre 2% e 5%.

Essa meta é definida e fixada pelo Conselho Monetário Nacional e cabe ao Banco Central utilizar de instrumentos da Política Monetária para tentar manter a inflação dentro do intervalo. Um dos instrumentos utilizados é o controle da taxa básica de juros da economia, taxa Selic. Quando a inflação está em ascensão, o BC aumenta a taxa Selic, o que encarece o crédito e desestimula o consumo. Essa política funciona quando ocorre inflação por demanda. Atualmente, a taxa Selic encontra-se em 7,75%, vindo de uma sequência de seis aumentos consecutivos, após ficar por oito meses em seu menor patamar histórico, 2,00%. A expectativa é de que a taxa feche o ano em 9,25%, e em 2022 fique entre 10,25% e 11%. Ainda assim, essa política contracionista tem se mostrado pouco eficiente na conjuntura atual para o controle inflacionário.

Junto com essa perspectiva de alta da inflação, o mercado reduziu a estimativa do PIB para 2021, que agora está em 4,93%. Analistas menos otimistas veem um PIB abaixo dos 4% para este ano. Para 2022 também houve redução da expectativa de crescimento. Até a semana passada, previa-se um avanço de 1,20% no PIB, agora não passa de 1,0%, para o próximo ano. Esse viés de baixa iniciou em setembro e veio acompanhado de sucessivas quedas na atividade industrial. A desaceleração foi generalizada, com impacto significativo na produção de bens de capital, que sinaliza uma redução dos investimentos.

Em Goiás, a produção industrial já acumula queda de 4,4% no ano. Em doze meses, a queda acumulada é de 4,7%, e com isso, o estado perde os ganhos obtidos no ano passado. O resultado do mês de setembro ficou abaixo do mês anterior e do mesmo mês de 2020, com recuos de 2,3% e 8,2%, respectivamente. E em todas as bases de comparação, a queda da produção goiana foi mais intensa do que a nacional.

Essa dificuldade de recuperação da economia brasileira pode persistir por mais um tempo. A falta de insumos tem impactado toda a cadeia produtiva, e ainda se mostra como um dos grandes problemas enfrentados pela indústria. A crise energética na China e os sinais de

enfraquecimento de sua economia, trazem reflexos na produção brasileira, principalmente naquelas que dependem de insumos vindos do país asiático.

Enfim, os efeitos da pandemia intensificaram os gargalos da indústria e o retorno à normalidade pode demorar um pouco mais do que o esperado inicialmente.

**Januária Guedes**  
Fieg/Cotec – Área Econômica